

Instituições ambientalistas da região cacauceira do Sul da Bahia: objetivos comuns ou conflitantes?

*Fábio dos Santos Massena¹
Lia Mara Wibelinger²*

Resumo: A evolução do pensamento em relação às questões ambientais tem sido destaque no mundo atual. A sociedade entende que os danos gerados ao meio ambiente são preocupantes. O presente estudo é resultado de reflexões feitas durante o Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA), na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESC), e teve como propósito analisar se, na prática, as instituições ambientalistas da Região Cacauceira do sul da Bahia estão articuladas em torno do objetivo maior, a preservação ambiental. Trata-se de um estudo qualitativo que buscou examinar os objetivos e ações dessas entidades. Com base na análise dos resultados, observou-se que elas apresentam capacidade de articulação com os mais variados segmentos da sociedade. No entanto, essa conexão ocorre de forma estanque, contrariando um dos pressupostos comuns: a busca de um mundo melhor para todos. Segundo a pesquisa, as ações devem ser desenvolvidas com o intuito de estimular novas conjecturas, possibilitando, assim, a construção de um conhecimento com vistas a mudanças sociais não apenas atreladas a conceitos, mas à discussão de uma nova utopia, uma cultura e uma verdadeira ética ambiental, tanto no discurso quanto na prática.

Palavras-chave: Instituições ambientalistas. Articulação. Empoderamento.

¹ Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UESC). E-mail: fabiomassena@gmail.com.

² Professora Pesquisadora da Universidade de Passo Fundo (UPF); Doutorado em Gerontologia Biomédica, Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS). E-mail: liafisio@yahoo.com.br

Environmentalists institutions from Southern Bahia cocoa region: common or conflicting goals?

Abstract: Today, the thought evolution in relation to environmental issues has received great attention in the world. The society understands how worrying is the damage that is being generated for the environment. The present study results of comments made about the institutions environmentalists in Cocoa Producing Region of Bahia during the Masters in Regional Development and Environment (PRODEMA) of the UESC – BA, and had as its main objective to do an analysis with the objective of checking if, in practice, these entities are articulated around the greater objective, which should be the environmental preservation. It is a qualitative study that sought to examine the goals and actions developed by environmental entities of the cocoa producing region of southern Bahia. From the analysis of the results it was observed that the entities presents capacity for articulation with the most varied segments of society. Although there is a link between the institutions work, the same occurs in a watertight, contradicting one of common assumptions: the search for a better world for all. Actions should be developed in order to birth a stimulus, for that new conjecture happen, thus allowing the construction of a knowledge with a view to social changes not only linked to concepts, but the discussion of a new utopia, a culture and a genuine environmental ethics, both in his speech and in practice.

Keywords: Environmentalists institutions. Articulation. Empowerment.

Introdução

Perturbações sociais e ambientais, como o crescimento populacional, por exemplo, articuladas a fatores como o modo de produção, consumo e apropriação dos bens socialmente produzidos, poluição, escassez de água, pobreza persistente e destruição da Mata Atlântica, surgem como ameaças efetivas à manutenção da vida na Terra.

A preocupação com esses problemas vem crescendo significativamente, principalmente na última década, quando se observa um aumento tanto na quantidade quanto na qualidade dos debates sobre as questões ambientais, nos mais variados segmentos, grupos e classes sociais da contemporaneidade.

Por diferentes motivos e necessidades, praticamente todo sujeito, individual e coletivo, menciona e reconhece o ambiente como indissociável à vida humana e base para a manutenção e perpetuação da vida na Terra (LOUREIRO, 2000).

Essa preocupação, sem sombra de dúvidas, é muito mais intensa hoje do que há vinte anos, ao menos na retórica. Como afirma Gil (2003), a leitura da natureza é construída com base na época e cultura vigentes em determinados período e local, e isso faz com que a natureza seja observada além da existência física.

Qualquer solução que vislumbre a resolução dos problemas ambientais e o desenvolvimento deve estar embasada em uma abordagem que associe o equilíbrio espiritual da sociedade à harmonia interior do indivíduo, os indivíduos entre si, e estes ao meio ambiente (LEIS, 2002).

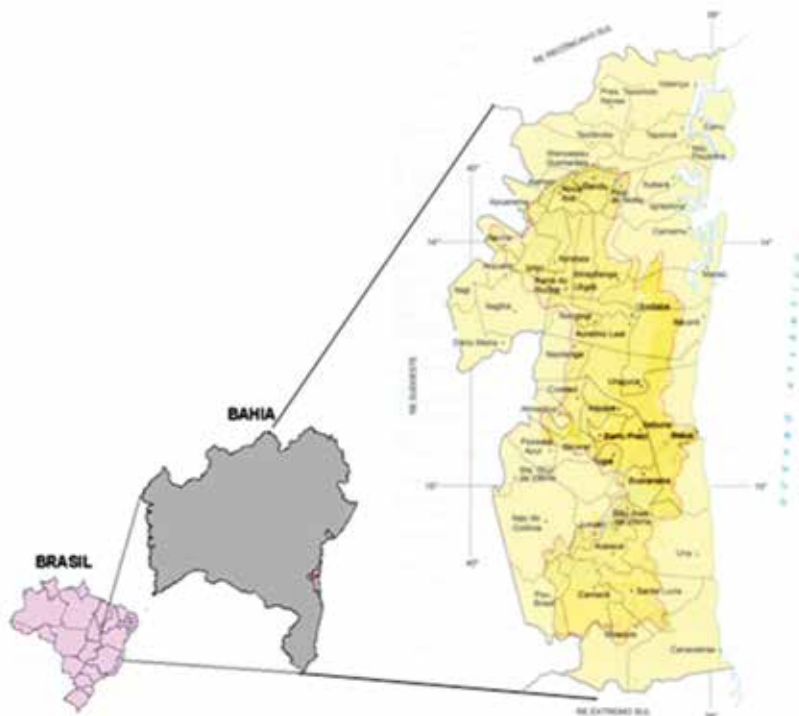
Levando-se em conta tais argumentos, entende-se que as transformações ambientais de uma região dependem, em primeiro lugar, das ideias das pessoas e/ou grupos que a compõem, sejam entidades governamentais, não governamentais ou ativistas independentes; em segundo, do poder de articulação desses grupos.

Delimitou-se como área geográfica de estudo a Região Cacaueira porque esta abriga um importante remanescente de mata atlântica, considerado um *hotspot* de biodiversidade, portanto, prioritária para a conservação global (BRIGHT; MATTOON, 2001). Como agentes a serem investigados, elegeram-se as ONG ambientalistas, pelo fato de estas serem consideradas, a partir da década de setenta, importantes representantes das práticas ambientalistas, tanto no país quanto no exterior, e por se entender que a região tem um papel importante na formulação de políticas públicas ambientais e nas ações de extensão (LOUREIRO, 2000).

Com base nisso, propomos uma análise com o objetivo de verificar se, na prática, essas entidades estão articuladas em torno do objetivo maior: a preservação ambiental.

Metodologia

Esta pesquisa teve como foco de estudo as ONG Ambientalistas localizadas nos limites da Região Cacaueira da Bahia (SEI, 1999), conforme aponta a figura 1.

Figura 1 – Divisão Político-Administrativa (Litoral Sul) – Modificado

Fonte: SEI (1999).

Os critérios utilizados para definir uma organização como ambientalista foram: ter no nome a palavra ambiental e/ou derivados; participar de assembleias, encontros e outras ações de organizações ambientalistas; possuir cadastro ou inventário de instituições ambientalistas; autodenominar-se ambientalista.

A presente investigação elegeu como metodologia a pesquisa qualitativa porque esta trabalha com variáveis não quantificáveis, adequadas às propostas do estudo. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu em três etapas: inventário das ONG eleitas para a investigação; entrevistas, análise do discurso do sujeito coletivo e observação do pesquisador.

O inventário (realizado entre 2005 e 2007) baseou-se em Matos (2003). Intitulado “Corredor Central da Mata Atlântica: Diagnóstico do Terceiro Setor”, o trabalho propôs realizar um estudo sobre as organizações não governamentais que atuam nesse *hotspot*, para fornecer subsídios à preparação da estratégia do Programa “Fortalecimento Institucional”, do Fundo de Parceria voltado aos Ecossistemas Críticos, ou, *Critical Ecosystem Partnership Fund* (CEPF) para o Corredor Central da Mata Atlântica.

Além desses trabalhos, identificou-se a existência de instituições como a *Mater Natura* – Instituto de Estudos Ambientais – o Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia (SEIA), o Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas (CEEA), a Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente de Ilhéus (APEDEMA), cujos inventários ajudaram a compor o quadro dos agentes ambientalistas a serem estudados.

O universo da pesquisa abrange as organizações ambientalistas que atuam na Região Cacaueira do Sudeste da Bahia, Brasil, composta por trinta e quatro municípios. Nesse universo, foram identificadas trinta e quatro organizações ambientalistas não governamentais, assim classificadas pela autodenominação, pela missão que desenvolvem ou por participarem de conferências, assembleias, encontros e outras ações na condição de organizações ambientalistas.

O trabalho de Loureiro (2003) também foi uma importante fonte de consulta teórica para a realização deste estudo, uma vez que o citado autor pesquisou as organizações ambientalistas do Estado do Rio de Janeiro, abordando aspectos similares aos propostos neste trabalho.

A etapa seguinte foi realizar as entrevistas com os representantes e/ou dirigentes de cada entidade. No primeiro momento, esclareceram-se os objetivos da pesquisa para os entrevistados e solicitou-se autorização para registrar a entrevista em gravador digital.

Além da utilização de técnicas, na coleta das informações, empregou-se também a análise documental, uma ferramenta valiosa de abordagem de dados qualitativos.

A organização e a tabulação dos dados basearam-se na metodologia de Lefèvre F. e Lefèvre A. M. C. (2003), denominada Discurso do Sujeito Coletivo.

Evolução do pensamento ambientalista

O surgimento e a evolução do pensamento ambiental estão diretamente associados ao desenvolvimento das ciências ao longo da história da civilização, assim como à degradação e alterações no planeta Terra. Iniciado em diferentes países e épocas, esse pensamento foi sendo construído à medida que as várias correntes do pensamento científico iam surgindo e amadurecendo, juntamente ao aparecimento de problemas ambientais que envolviam a opinião pública (ANDRADE, 2001).

Nos séculos XVI e XVII, considerados a Idade da Revolução Científica, a noção de universo vivo e espiritual, até então defendida com forte influência religiosa, foi substituída pela idade da máquina, em decorrência das mudanças na física e na astronomia.

Esse período foi marcado pelo forte antropocentrismo, os ingleses consideravam que a fauna, a flora e a paisagem estavam sob seu domínio e posse, servindo apenas para satisfazer suas necessidades, sem se preocuparem com a manutenção e o cuidado devidos (THOMAS, 1988).

Nos séculos XVIII e XIX, a humanidade reconhecia a natureza como algo inesgotável, infinito (LEIS, 2002). Tal lógica era compreensível naquela época devido à imensa disparidade entre espaço disponível, a exploração (ainda pequena) e o número de seres humanos do Planeta.

Do avanço da ciência e de sua fusão com a técnica veio a Revolução Industrial. Associada ao modelo de vida capitalista, a Revolução deu início a uma intensa aceleração no processo de uso dos recursos naturais, gerando uma série de consequências negativas tanto para a natureza quanto para o ser humano.

Ao longo da história do ocidente, contudo, diversas situações demonstram que, apesar de isolada e reduzida, a preocupação com o meio ambiente e com a degradação ambiental é antiga. Um exemplo é

o registro do mau gerenciamento dos recursos naturais no século I, em Roma, onde tiveram início as quebras de safras de culturas e erosão do solo (McCORMICK, 1992).

Na década de 40, a expressão “estudos ambientais” começa a ser utilizada por profissionais, a temática ambiental ganha um relativo destaque e o professor Aldo Leopoldo, um importante biólogo americano, torna-se um dos precursores do movimento ambientalista (DIAS, 1999).

Em 1952, registra-se a primeira catástrofe ambiental. O ar de Londres, densamente poluído, provocou a morte de mais de mil e seiscentas pessoas, fato que desencadeou um intenso processo de discussão sobre a qualidade ambiental na Inglaterra.

Ainda nos anos 50, com uma estratégia global, acentua-se a expansão das multinacionais, o que resultaria, nos anos 80, no perfil transnacional. Emergem uma classe capitalista transnacional e um sistema econômico independente das gestões dos Estados Nacionais. Novas tecnologias favorecem a descentralização e a expansão em forma de redes (BOEIRA, 2006).

Diversos acontecimentos merecem destaque na década de 60, entre eles o lançamento de *Primavera Silenciosa*, livro da jornalista americana Rachel Carson, considerado um clássico do movimento ambientalista. Iniciou-se, por conseguinte, uma intensa discussão na comunidade internacional sobre o uso excessivo de produtos químicos na produção agrícola e a fragilidade da natureza em face da ação do homem.

Com a publicação do trabalho dessa jornalista, a temática ambiental passa a fazer parte das inquietações políticas internacionais e o movimento ambientalista mundial toma um novo impulso, promovendo uma série de eventos que formariam a sua história (DIAS, 1999).

Ainda nesse período, o Clube de Roma lança o *Limites do Crescimento*, documento segundo o qual o consumo crescente e a qualquer custo, uma imposição do crescimento humano exponencial, levaria a humanidade ao colapso (MEADOWS et al., 1972). Isso influenciou o pensamento ambientalista da época. Apesar de importante, o *Limites do Crescimento* ofuscou a complexidade do problema, uma vez que não considerou a articulação de fatores importantes, como a economia, a ecologia e a cultura de cada região, por exemplo.

Começaram a eclodir movimentos de mulheres, jovens, estudantes, hippies e minorias étnicas. Pessoas de diferentes países e grupos aglutinaram-se em torno de novas frentes de lutas, tais como a extinção das espécies, a corrida armamentista, o enfraquecimento da camada de ozônio, o desmatamento, o crescimento populacional, entre outras (VIOLA, 1987).

No Brasil, o ambientalismo emergiu na primeira metade da década de 70, porém de forma muito incipiente, com algumas associações responsáveis por campanhas de denúncias e conscientização pública, em nível local. Posteriormente, ainda na década de 70, o movimento avançou da escala regional-nacional para a planetária. O risco de problemas latentes como uma guerra nuclear e modificações permanentes no clima, devido a danos na camada atmosférica, por exemplo, fez com que o meio ambiente começasse a deixar de ser uma preocupação nacional para transformar-se em uma questão internacional (VIOLA; LEIS, 1991).

Ao final da década de 70 e início da de 80, o movimento de luta contra as agressões ao meio ambiente cresceu consideravelmente, passando a realizar ações de abrangência regional.

Euforia e otimismo fizeram parte dessas duas décadas de atividades ambientalistas, caracterizadas principalmente pela preocupação com o futuro do planeta (CAMARGO, 2003).

As décadas de 80 e 90 foram marcadas por muitos acontecimentos e debates importantes, e também pelo amadurecimento das discussões ambientalistas, influenciadas principalmente pelos problemas já conhecidos, como a deterioração da camada de ozônio, o aquecimento do planeta por efeito estufa e a perda da biodiversidade.

Em 1992, vinte anos após a Conferência de Estocolmo, acontece a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Um dos resultados desse encontro foi a Agenda 21, cujo principal objetivo é preparar o mundo para os desafios do século 21 (AGENDA 21, 1997).

Outros acontecimentos paralelos à Rio-92 foram realizados. Um deles, o Fórum de ONG Brasileiras (1992), contou com a participação

de quase mil e duzentas entidades representantes de setores da sociedade em diversas áreas, inclusive a ambiental.

Esse fórum foi apenas a culminância de uma série de outros encontros nacionais e resultou em um relatório denominado “Relatório do Fórum de ONG Brasileiras”, no qual se discutem importantes temas sociais, econômicos e ambientais.

Os problemas de ordem global, somados às questões locais, regionais e nacionais, provocaram uma transformação qualitativa no ambientalismo, que passou de um movimento minoritário, formado por ativistas, para um vasto movimento multissetorial e transnacional (BOEIRA, 2006). A partir desse momento, os debates ambientais ganham força, e preocupar-se com o meio ambiente torna-se uma questão prioritária, ao menos em discursos e propostas.

Pode-se, portanto, caracterizar o movimento ambientalista em duas fases: a primeira, caracterizada por denúncias e ações de sensibilização pública; a segunda, pela institucionalização e busca de uma sociedade sustentável. Algumas organizações, hoje institucionalizadas, ainda mantêm o perfil da primeira fase do movimento, que é denunciar e buscar sensibilizar a população.

Diversidade e necessidade de caracterização das ONG Ambientalistas

Em resposta à omissão dos governos em face dos problemas socioambientais e da ação destrutiva por parte dos setores empresariais, surge o movimento ambientalista com uma grande diversidade de ideias para o mundo. Isso o torna fortemente multiforme, não obstante o objetivo comum visado por todos os grupos que o compõem (ACOI, 1990).

Essas ideias que alimentam o ambientalismo provêm basicamente da ciência, da filosofia, da política e da religião.

Born (2003) ressalta a importância de se conhecer as organizações ambientalistas que atuam no Brasil. O estudo, na perspectiva desse autor, deve identificar a realidade de cada uma dessas organizações, levando em consideração como e quando surgiram, quem são as pessoas que delas participam, qual a área de atuação e a que extratos da sociedade estão relacionadas.

Em 1990, cálculos aproximados (RUNYAN, 1999) indicavam que havia mais de cem mil ONG trabalhando em vários aspectos de proteção ambiental, a maioria delas fundada entre as décadas de 80 e 90. Em 1992, o Relatório do Fórum de ONG reconhece que o movimento ambientalista é considerado guarda-chuva, uma vez que abriga diferentes e expressivos representantes da sociedade civil (FÓRUM, 1992).

Nesse contexto, Warren (2002) considera que a especificidade das organizações no contexto latino-americano requer uma conceituação adequada, com base em critérios relativos à sua historicidade e funcionalidade.

Essa complexa diversidade faz surgir um leque de ações por parte desses agentes, ou seja, diversas áreas ambientais são contempladas em função dessa variedade de visões. Leis (2002) considera que tanto o socialismo quanto o ambientalismo fazem parte de um processo multidimensional extremamente complexo, que alcança sua maior riqueza teórica e prática no momento atual.

O Movimento Ambientalista está em evidência atualmente, porém, os trabalhos que objetivam detalhar ações, perfil e valores dessas instituições são dificilmente encontrados e pouco específicos.

Pode até parecer ingenuamente utópico acreditar que grupos de indivíduos com ideias similares, trabalhando em todo o mundo, sem uma coordenação centralizada, sejam capazes de apresentar soluções para esses dilemas, porém eles, hoje, influenciam decisões e ajudam a estabelecer agendas, atribuições exclusivas de corporações, governos e entidades intergovernamentais.

Isolada em si mesma, a questão ambiental não é problema, não é solução, não é nada. Isso leva a perceber que ela só tem sentido quando inserida em um contexto sócio-político-econômico, cujos efeitos passam a não ser mais localizados, mas se tornam problemas da quadra, do bairro, da cidade, do estado, do país, do continente, do planeta.

Assim, evidencia-se a necessidade imperiosa de participação de todos os níveis interessados em ajudar os indivíduos e grupos sociais a sensibilizarem-se e a adquirirem consciência do meio ambiente global e de suas questões (SOBREIRA, 2002).

Funda-se aí a emergência da responsabilidade social das organizações ambientalistas. Tal responsabilidade se consubstancia na relação dessas organizações com o seu ambiente de atuação e assume diversas formas, entre as quais, o desenvolvimento de atividades de pesquisa e ação educativa que promovam uma relação sustentável homem/natureza e que se consolida na difusão de conhecimento relevante para a solução de problemas sociais e ambientais.

É, portanto, indispensável conhecer os valores, ações e motivações que orientam as ações das ONG Ambientalistas, pois estas fazem parte do movimento ambientalista que, ao lado de outros movimentos, tem condições de desenvolver valores e conhecimentos (LEIS, 2002).

Articulação interorganizacional

A expansão das organizações ambientalistas nas últimas décadas contribuiu para o engajamento de diversos atores, a exemplo de grupos científicos, empresariado e outras organizações sociais que também defendem a causa ambientalista, pautadas no desenvolvimento sustentável.

Essas organizações têm origens culturais diversas, o que as torna complexas nas suas subjetividades, porém com um ponto comum: a busca pela sustentabilidade ambiental, que faz surgir a necessidade de um processo articulatório teoricamente conceituado como rede de movimento social.

Scherer-Warren (2006, p. 113) define rede de movimento social como “um conceito de referência que busca apreender o povir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos”.

As redes, como lembra Scherer-Warren (2006), pelas suas características multiformes, ensejam a aproximação de atores sociais diversificados, possibilitando o diálogo e potencializando as ações antes desenvolvidas isoladamente. Mas esse diálogo não é isento de conflitos, em virtude da multiplicidade de atores envolvidos.

As redes estão inscritas em uma lógica “que demanda articulações e solidariedades, definição de objetivos comuns e redução de atritos e conflitos baseados numa acumulação disruptiva de problemas, considerando-se as características complexas e heterogêneas da sociedade” (JACOBI; MONTEIRO, 2007, p. 49).

Posto que envolvam relações sociais, as organizações estão sempre impregnadas de poder, de conflito. “Mas, também, pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Os fóruns, por exemplo, são espaços importantes para a articulação de causas comuns, como também o é o uso da internet, em que os e-mails permeiam quase todas as relações pessoais e organizacionais. Essas formas de mediação tornam-se, atualmente, imperativas para o empoderamento e crescimento dessas associações civis.

Trabalhar de forma articulada fortalece as ONG (mesmo aquelas cuja atuação é local), pois permite a troca de informações, a divisão de tarefas, a captação de recursos e a ampliação do alcance de suas iniciativas.

A partir de 1980, há uma expansão das redes entre os movimentos sociais. Conforme Jacobi (2005), isso se deve a dois fatores: o desenvolvimento de tecnologias de informação e a visibilidade, esta, decorrente da democratização.

Multissetorialismo ambiental Sul Baiano

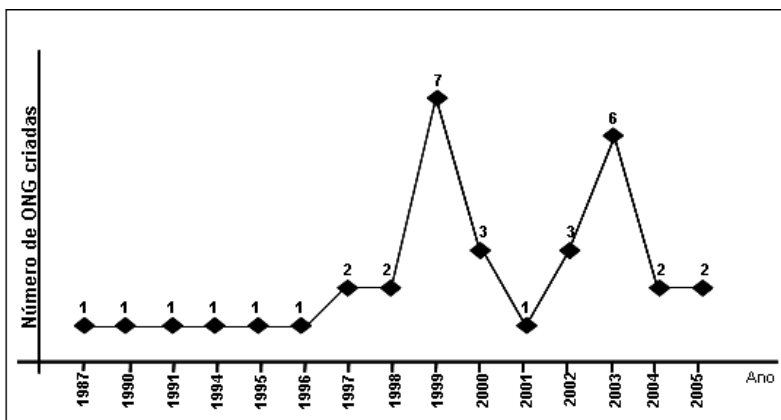
O ambientalismo do Sul da Bahia, se analisado de uma forma mais abrangente, é composto por uma diversidade de entidades. Entre elas, podemos encontrar agências estatais, grupos científicos, entidades políticas, empresas particulares, instituições educacionais e, em maior número, as ONG, foco deste estudo.

Uma análise mais detalhada das instituições revela que esse multissetorialismo tornou-se mais evidente a partir da década de 90, período em que mais de 95% dos grupos ambientalistas institucionalizaram-se, conforme ilustra a figura 2. Isso se explica

principalmente pela intensa divulgação e popularização da problemática socioambiental do planeta, após a Rio-92.

Esses dados são corroborados por Canuto (2004), o qual afirma ter havido um boom ecológico, devido à crise socioambiental no período.

Figura 2 – Período de institucionalização das ONG em estudo.



Fonte: Canuto (2004).

A figura 2 demonstra que, em 1999, e em 2003, surgiu um grande número de organizações, constatação que merece um estudo mais detalhado posteriormente.

No que se refere à atuação, 38% das ONG têm sua área limitada a apenas um município, ou somente a uma parte dele; outros 47%, além da atuação local, desenvolvem atividades em outros municípios do estado da Bahia; e 15% possuem abrangência nacional e internacional.

Observa-se que mais de 85% das ONG mantêm o foco em questões locais e regionais. O restante, aproximadamente 14%, tem alcance nacional e internacional. Pode-se afirmar, também, que 100% delas se preocupam com a resolução dos problemas locais.

Essas instituições defendem e disseminam seus valores específicos de atuação. Para nortear essa questão, cabe aqui citarmos Paris e Cotrim (1987). Esses autores observam que vivemos rodeados de coisas, as quais trazem peculiaridades (como feia, bonita, profana ou sagrada, entre

outras) e valores (culturais e socioambientais) para cada pessoa ou grupo de pessoas, fatores que motivaram a reunião e posterior formalização dos grupos ambientalistas.

Essa não neutralidade do ser humano diante das coisas faz com que os valores se expressem, uma vez que as instituições são movidas por valores que norteiam (ou nortearam) suas ações.

Sobre essa questão dos valores, observamos que vários segmentos da sociedade vêm tirando proveito do atual apelo ambiental em benefício próprio.

Referimo-nos à utilização de ecodiscursos, à existência de ecoempresas de qualidade total, de ecoestabelecimentos comerciais, de ecopolíticos, entre outras situações que banalizam as questões socioambientais, uma vez que visam apenas auferir lucros ou status sociais e, infelizmente, nada é realizado de forma efetiva.

Optou-se pela transcrição de parte de uma das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo para corroborar essa afirmação:

[...] o apelo há 10 anos atrás das ONGs para se conseguir recursos era a questão social [...] o apelo de 5 anos pra cá, é o apelo ambiental, então, tanto é, que toda ONG que você encontrar, você vai ler o estatuto dela [...] vai estar escrito lá, Educação Ambiental, vai estar escrito lá que você faz reciclagem [...] alguma coisa relacionada à proteção do meio ambiente, mesmo que seja por exemplo a proteção do Saci-Pererê [...] porque é o apelo que hoje você consegue, teoricamente, você consegue recursos maiores e com mais facilidade. A questão ambiental está na moda. Não estou generalizando, tem muita gente séria aí no mercado [...] (ONG 13³).

Entende-se, portanto, que o uso indevido de tais termos, ou o modismo da naturalização do homem, pode levar a uma inversão de valores e consequente banalização do tema, o que nos parece extremamente preocupante.

³ Esta e as demais citações subsequentes em que aparece a sigla ONG, seguida de um número, referem-se a uma das ONG estudadas durante a pesquisa. Por questões éticas, seus nomes não foram identificados. Mais detalhes sobre as transcrições e missões e o perfil dessas organizações podem ser verificados em Massena (2007).

Organizações ambientalistas Sul-baianas: mobilização e articulação intersetorial

As ONG Ambientalistas brasileiras têm um papel cada vez mais importante e efetivo nas políticas públicas e na geração de iniciativas, porém, ainda é grande a fragilidade institucional de parte dessas organizações.

Em 1990, três ONG realizaram um estudo, visando quantificar os agentes ambientalistas existentes no Brasil e chegaram a um auspicioso número de novecentas organizações espalhadas por todo o território nacional (CRESPO, 2003). Conforme esse autor, apesar do grande número de instituições, os dados eram pouco animadores em termos qualitativos, pois as ONG funcionavam de forma precária, com um número reduzido de militantes (inferior a vinte), ínfimos recursos financeiros e, muitas vezes, apenas com atuação local.

Com base no estudo, percebeu-se que ainda é considerável o número de instituições que funcionam com poucos militantes. Muitas vezes, elas são compostas apenas por seus dirigentes e têm orçamentos irrisórios. A maioria não possui uma equipe técnica efetiva, visto que os membros desenvolvem outras atividades profissionais, que são sua fonte de renda para subsistência.

Em função disso, 50% delas foram consideradas inativas, até por seus representantes, pelo fato de estes entenderem a falta de trabalhos de extensão como inatividade. Porém, mesmo com pouquíssimas ações de extensão, muitas participam de conselhos, comitês e outros grupos de discussão. Inegavelmente, esses movimentos exercem forte influência na formulação de políticas públicas socioambientais, por exemplo, o que torna inquestionável a inserção das ONG no grupo de instituições atuantes.

A seguir, apresentam-se algumas transcrições que demonstram a importante contribuição dessas organizações: “Essas instâncias de poderes, CEPRAM que é Conselho Estadual de Meio Ambiente e o CONAMA nós estamos trabalhando na política macro [...] então a gente tem contribuído para a política do estado da Bahia (ONG 18).”

Nós participamos do CONDEMA de Ilhéus, nós participamos do Conselho do Parque Municipal da Esperança, nós participamos do Conselho Estadual de Entidades Ambientais, nós participamos do Conselho Nacional de Entidades Ambientais que elege os membros do CONAMA, nós participamos do Conselho de APAs (ONG 32).

Foram consideradas inativas as instituições cujos membros se dispersaram e que, apesar de existirem legalmente, não desenvolviam nenhuma atividade.

Grande parte das instituições consideradas ativas neste estudo se enquadra no perfil traçado por Crespo (2003) para as ONG da década de 90. Segundo o autor, muitas funcionavam com poucos militantes, orçamentos irrisórios e atuação apenas local. Era um conjunto de organizações desarticuladas e amadoras, que viviam do heroísmo dos seus militantes.

Conforme a investigação, de modo geral, o grau de articulação dos agentes em questão é insignificante ou inexistente, com ações amadoras e pontuais. Em muitos casos, apenas os dirigentes representam essas instituições em conselhos, comitês etc.

No período da pesquisa, o pesquisador pôde participar de reuniões de algumas ONG, momento em que se constatou a falta de interesse de muitos dirigentes em compartilhar seus projetos e firmar parcerias para a execução de ações. Muitos desejam ter o crédito sozinho e, com isso, perdem excelentes oportunidades de viabilizar ações que se converteriam em benefícios para a sociedade. Recursos são perdidos porque alguns projetos iniciam-se, mas não são conduzidos até o fim. Dessa forma, e contrariando os valores descritos nos programas, há ainda, na maioria dessas ONG, um sentimento individualista que as faz perderem a oportunidade de criar espaços de empoderamento.

Considerações finais

Considerando-se o número de Instituições ambientalistas (trinta e quatro), a Região Cacaueira é privilegiada, pois, em linhas gerais, as ONG atuam nas mais variadas áreas. Porém, com este estudo, verificou-se que nem todas têm conseguido colocar em prática suas ideias e propostas. Ações devem ser desenvolvidas para que se façam conjecturas sobre o futuro dessas instituições, o que possibilita a construção de um conhecimento com vistas a mudanças sociais não apenas atreladas a conceitos, mas à discussão de uma nova utopia, uma cultura e uma verdadeira ética ambiental, tanto no discurso quanto na prática.

Isso se deve, talvez, à falta de experiência de seus integrantes ou à falta de profissionalização dos grupos, fatores que resultam na dificuldade para obter financiamento e na inatividade. Aqui, cabe a transcrição de trechos de algumas entrevistas com os dirigentes das ONG: “Formar uma ONG não pode ser só empolgação, hoje deve haver uma visão muito mais profissional (ONG 1)”.

[...] foi muita falta de experiência, ao mesmo tempo trabalhando e estudando, dispersava um pouco a questão de focalizar o direcionamento e sabe que tem muita dificuldade de financiamento [...] e a falta de experiência da gente mesmo [...] falta de profissionalização da gente (ONG 17).

Essas transcrições demonstram que os próprios dirigentes reconhecem as dificuldades. Nesse contexto, destaca-se a APEDEMA, uma instituição que surgiu visando modificar tal realidade, mas ainda apresenta resultados discretos.

No que concerne à configuração das organizações ambientalistas, em âmbito mundial e nacional, elas vêm se modificando visando à formação de redes e uma possibilidade mais ampla de os parceiros atingirem seus objetivos que, de forma macro, são comuns: a defesa e melhoria das condições ambientais do planeta. Mas a Região pesquisada ainda possui uma configuração menos articulada.

A formação de parcerias permite diminuir os riscos financeiros e aproveitar as competências. Nesse movimento, há uma aproximação das diversas mídias, o que potencializa a disseminação de denúncias e informações, tão importantes para organizações que trabalham com educação. Assim, todos ganham.

Entre as muitas formas de articulação, vale citar os fóruns, plenárias, audiências públicas, os quais constituem espaços privilegiados de disseminação de informações.

Outra questão relevante identificada é a fragmentação interna dos grupos, consequência da necessidade de cada integrante auferir renda para subsistência, o que leva esses militantes a deixarem as ações da ONG para o segundo plano, apesar de reconhecerem a urgência das ações de preservação ambiental para a manutenção da qualidade de vida do ser humano.

Essa declaração provém inclusive dos próprios dirigentes de algumas ONGs, conforme transcrições a seguir: “Foi muita falta de experiência, ao mesmo tempo trabalhando e estudando, dispersava um pouco (ONG 17)”; “A ordem é uma instituição basicamente formada por técnicos funcionários públicos [...] eles tem as atividades deles [...] teve uma época em que nós tínhamos mais disponibilidade de tempo” (ONG 33).

Este trabalho é uma provocação que busca um novo paradigma no que concerne à prática dessas instituições. Visando contribuir para o início dessa mudança, apresenta-se a transcrição de um fragmento extraído de uma das entrevistas realizadas:

Se você olhar bem, todos têm os mesmos objetivos, as mesmas propostas, pior ainda, as mesmas propostas de atuação na realidade no cotidiano, se você pegar as três maiores instituições que estão cuidando da conservação da floresta, na prática não tem uma busca nem de sinergia, nem de propostas, nem do que cada um tem de melhor (ONG 32).

Para dar início a indagações e debates, além do trabalho, ora encerrado, lançamos o seguinte questionamento: Se hoje os financiadores

internacionais passassem a patrocinar o corte de florestas e a matança de animais silvestres, quantas ONG ambientalistas (verdes) iriam permanecer?

Referências

ACOT, P. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

AGENDA 21. *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

ANDRADE, S. A. Considerações gerais sobre a problemática ambiental. In: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Nana (Coord.). *Educação ambiental: curso básico a distância – conceitos, história, problemas e alternativas*. 2. ed. amp. Brasília: MMA, 2001.

BOEIRA, S. L. *Ambientalismo II*. Disponível em: <<http://hps.infolink.com.br/peco/boeira04.htm>>. Acesso em: 24 maio 2006.

BORN, R. H. Articulação do capital social pelo movimento ambientalista para a sustentabilidade do desenvolvimento no Brasil. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BRIGHT, C.; MATTOON, A. A recuperação de um hotspot. *World Watch*, Washington, v. 14, n. 6, p. 8-16, 2001.

CAMARGO, A. Governança para o século 21. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CANUTO, J. C. Dimensão socioambiental da agricultura sustentável. In: UZÊDA, M. C. (Org.). *O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, 2004.

CRESPINO, S. Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DIAS, G. F. *Elementos para capacitação em educação ambiental*. Ilhéus: Editus, 1999.

FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS. *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*. Rio de Janeiro: 1992.

GIL, G. Algumas notas sobre cultura e ambiente. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

JACOBI, P. Participação. In: JÚNIOR, L. A. F. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educador(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

JACOBI, P.; MONTEIRO, F. Capital social. In: JÚNIOR, L. A. F. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educador(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2007. v. 2.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. *Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEFÈVRE, F.; SIMIONE, A. M. C. Maconha, saúde, doença e liberdade: análise de um fórum na Internet. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 1999.

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: _____. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: EdUFSC, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. *A assembléia permanente de entidades em defesa do meio ambiente-RJ e o pensamento de esquerda: análise crítica do coletivo organizado a partir do depoimento de suas históricas lideranças estaduais*. 2000. 281 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MASSENA, F. S. *Organizações não-governamentais (ONG) e o movimento ambientalista da região cacaueira da Bahia: valores, discursos e práticas*. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEADOWS, D. H. et al. *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PARISI, M.; COTRIM, G. *Trabalho dirigido de filosofia*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

RUNYAN, C. Ação na linha de frente. *World Watch*, Washington, v. 12, n. 6, 1999.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Diagnóstico ambiental*. Litoral Sul da Bahia. Salvador: SEI, 1999.

SOBREIRA, R. R. *A preservação do cerrado no contexto da responsabilidade social das organizações: o caso do Instituto Trópico Subúmido da Universidade Católica de Goiás*. 2002. 88 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil: do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizados do ecologismo. In: LEIS, Héctor R. (Org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

WARREN, I. S. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: (Vários autores). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: EdUFSC, 2002.

Recebido em: junho de 2013

Aprovado em: outubro de 2013